



ATA DA 10ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE SETORIAL DE SAÚDE - CT-SAÚDE

Data: 13/03/2006

Horário: das 9:30h às 14:30h

Local: BIOLAB – Avenida dos Bandeirantes 5386, Planalto Paulista, São Paulo – SP

1 – PRESENTES

1.1– Membros do Comitê Gestor

Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro – Presidente do Comitê Gestor – SEPED/MCT

Dr. Paulo Henrique Fracaro – Setor Empresarial – ABIMO (**ausência justificada**)

Dr. Manoel Barral Neto – CNPq (**ausência justificada**)

Dr. Eliana de Britto Baruth – FINEP

Dr. Dante Alário Júnior – ALANAC

Dr. Marco Antônio Zago – Comunidade Científica – USP

Dr. Walter Araújo Zin – Comunidade Científica

Dra. Maria Regina Fernandes de Oliveira – FUNASA/MS (**ausência não justificada**)

Dr. Davi Rumel – ANVISA (**ausência não justificada**)

Dr. Moisés Goldbaum – Ministério da Saúde - DECIT/SCTIE

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Guilherme Eduardo Quintas – Secretário Técnico do Fundo Setorial de Saúde – MCT

Dra. Maura Ferreira Pacheco – FINEP

Dr. José Seixas Lourenço – Ministério da Saúde – DECIT/SCTIE

Sérgio José de Araújo Machado – SETEF/MCT

Dra. Sofia Daher – CNPq

2– PAUTA DA REUNIÃO

- 1. Informações do CT-SAÚDE (portarias, biotérios, editais)**
- 2. Novos projetos**
- 3. Outros assuntos**

3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 – Abertura às 10:30

Apreciada a pauta e justificadas as ausências, o Presidente do Comitê, **Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro**, deu início à reunião.

3.2 – Informações do CT-SAÚDE

O Dr. Luiz Antônio informou como estão funcionando as ações do Fundo de saúde e falou da cadeia tecnológica industrial farmacêutica. Colocou a questão dos gargalos, propriedade intelectual e financiamento para empresas. Sobre fármacos, colocou que a idéia inicial seria fazer um edital em parceria com o BNDES, no qual somente as empresas que investissem nos projetos receberiam financiamento, mas alertou que elas poderiam não querer o respectivo financiamento. Em principio a FINEP financiaria o setor público e o BNDES o setor privado. As empresas poderiam financiar os projetos em sua totalidade, não desejando assim os recursos do BNDES, daí a idéia da solicitação dos recursos partir da empresa, não sendo obrigatória tal solicitação. A Dra. Eliane Bahruth falou sobre os prós e contras deste tipo de

edital, lembrou que os recursos do Fundo de Saúde poderiam ir para outras áreas que não a saúde e colocou a questão das doenças negligenciadas; afirmou que elas deveriam fazer parte do edital. O Dr. Dante disse que elas poderiam até entrar, mas excepcionalmente. O Dr. Zago concordou.

O Dr. Marco Antônio Zago levantou a questão do acompanhamento de desembolso dizendo que seria muito importante tal questão.

O Dr. Luiz Antônio afirmou ser importante que um grupo de trabalho estabelecesse regras para este acompanhamento. A idéia seria um subgrupo formado pôr membros de CT-Saúde, BNDES, ABDI com mais ou menos sete pessoas.

A Dra. Eliane Bahruth colocou a questão do conflito no acompanhamento lembrando da responsabilidade legal da FINEP.

O Dr. Seixas Lourenço informou aos presentes que nos dias 08 e 09 do corrente mês haverá uma reunião sobre doenças negligenciadas.

O Dr. Luiz Antônio colocou a questão das chamadas de Saúde do Idoso, Biologia do envelhecimento, estudos epidemiológicos, sobre os valores diferenciados e chamada de Dengue e cobra do CNPq o relatório das oficinas realizadas em dezembro de 2005. (Saúde do Idoso e Saúde Ambiental).

A Dra. Sofia do CNPq informou que as oficinas ocorreram no mesmo dia da reunião do CT-Saúde, em 08/12/2005. O Dr. Zago sugeriu que o edital de saúde do idoso seguisse o modelo ELSA e que o edital de dengue partisse da avaliação do edital anterior. A Dra. Sofia colocou que os editais estavam quase prontos e que as sugestões seriam encaminhadas. Foi sugerido que fosse feito um estudo de longo prazo no lugar dos temas de epidemiologia. As sugestões colocadas foram de 4 temas para o edital de saúde do idoso, Biologia do envelhecimento, Tratamento clínico e mais dois temas que ficariam a critério do CNPq. O Dr. Luiz Antônio colocou a questão da não pulverização de recursos, lembrando GENOMA E PROTEOMA.

Os recursos deveriam ser direcionados para evitar a pulverização. O Dr. Walter Zin descreveu o problema de floração de bactéria tóxica na costa Brasileira (Cianobactérias) que poderiam ser mais bem analisadas, por imagens de satélite, mas que tem encontrado muitas dificuldades junto ao INPE. Solicitou ajuda do Presidente do Comitê Gestor. O Dr. Luiz Antônio e a Dra. Eliane Bahruth, ajudariam na questão. A Dra. Eliane pediu a palavra e voltou a discussão sobre a chamada de medicamentos *Cooperação Universidade/Empresa*. Após mais uma rodada de discussões o comitê decidiu que:

- 1) Seria mantida a carta convite;
- 2) Seriam estabelecidos valores máximos e mínimos
- 3) Seria exigido contrapartida (valores a ser definidos no edital);
- 4) Doenças negligenciadas não serão privilegiadas (apenas excepcionalmente)
- 5) Demonstração do quadro de pesquisadores na área de P&D da empresa (não levar em conta a caracterização das mesmas);
- 6) Teriam prioridade os projetos em fase final de cadeia particularmente em ensaios pré-clínicos, toxicológicos e ensaios clínicos;
- 7) O edital seria feito pela FINEP, sem a participação do BNDES, cujos recursos só seriam destinados a instituições públicas com a contrapartida obrigatória do setor privado;
- 8) A instituição é que decidiria com qual molécula irá trabalhar, desde que estivesse em um estágio avançado;
- 9) Só seriam aceitas moléculas em estágio inicial para doenças negligenciadas;
- 10) Às prioridades não seriam determinadas pelo Ministério da Saúde;

3.3 – Novos Projetos

Foram apresentados novos projetos para avaliação, mas o Comitê Gestor optou por não apreciar, pois tem como princípio não analisar projetos mas somente linhas básicas do programa de fomento.

3.4 – Outros Assuntos

O Dr. Seixas Lourenço do Ministério da Saúde colocou a necessidade do Comitê aprovar os recursos para as bolsas para os projetos de Coordenação da Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos – REMATO, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser realizado pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO. Esses recursos tinham sido aprovados em 2005, complementando os R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) alocados pelo DECIT /MS para o projeto do INTO, mas não foi possível a sua aplicação naquele ano porque o projeto não foi elaborado em tempo com a qualidade necessária. Tendo em vista que R\$ 100.000,00 seriam para aplicação em 2006 e, dessa forma, não seria onerado o orçamento desse ano, o Comitê concordou, por unanimidade, em aprovar a alocação de recursos no montante de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para aplicação em 2006 e 2007.

4 – DELIBERAÇÕES

1) Sobre a Chamada de Medicamentos Cooperação Universidade Empresa

- 1) Seria mantida a carta convite;
- 2) Seriam estabelecidos valores máximos e mínimos
- 3) Seria exigido contrapartida (valores a ser definidos no edital);
- 4) Doenças negligenciadas não seriam privilegiadas (apenas excepcionalmente)
- 5) Demonstração do quadro de pesquisadores na área de P&D da empresa (não levar em conta a caracterização das mesmas);
- 6) Teriam prioridade os projetos em fase final de cadeia, particularmente em ensaios pré-clínicos, toxicológicos e ensaios clínicos;
- 7) O edital seria feito pela FINEP, sem a participação do BNDES, cujos recursos só seriam destinados a instituições públicas com a contrapartida obrigatória do setor privado;
- 8) A instituição é que decidiria com qual molécula irá trabalhar, desde que estivesse em um estágio avançado;
- 9) Só seriam aceitas moléculas em estágio inicial para doenças negligenciadas;
- 10) Às prioridades não seriam determinadas pelo Ministério da Saúde;

1) Sobre as bolsas da Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos REMATO

- 1) Aprovar o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para aplicação em bolsas.
 - a) Em 2006 R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
 - b) Em 2007 R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

5 – PRÓXIMA REUNIÃO

Não houve consenso de data.

LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO
Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Saúde